



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

DECRETO Nº 11.422

Regulamenta as consignações em folha de pagamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94, inciso II da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no art. 108 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os descontos que o servidor público municipal poderá sofrer em suas vantagens são classificados em:

I - "Obrigatórios"- aqueles previstos no artigo 104 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, com a alteração dada pela Lei Complementar nº 146, de 11 de dezembro de 1986.

II - "Autorizados"- os consignados em folha de pagamento, decorrentes de autorização expressa do servidor em favor de:

a) órgãos da administração municipal, direta e indireta;

b) órgão de administração federal e estadual, direta e indireta;

c) entidades declaradas de utilidade pública e partidos políticos;

d) empresas ou entidades criadas por iniciativa do funcionalismo público municipal ou vencedoras de processo licitatório específico;

e) outras empresas ou entidades de assistência médico-hospitalar ou odontológica, enquanto não houver similar com desconto obrigatório.

Parágrafo único - Os descontos consignáveis obedecerão à ordem de prioridade estabelecida neste artigo.

Art. 2º - O Secretário Municipal de Administração é a autoridade competente para autorizar ou suspender a concessão de consignações em folha de pagamento.

[Handwritten signature]

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	P/E	P/L	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				
DOPA	17-1-96	2							



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

↓

2

são de canais de desconto, para consignações em folha de pagamento, de interesse dos servidores da Administração Centralizada.

Art. 3º - Os pedidos de canais de desconto serão encaminhados à Secretaria Municipal de Administração (SMA) e deverão ser instruídos com a documentação pertinente à constituição da entidade solicitante.

§ 1º - Fica vedada a concessão de canal de desconto destinado a seguros, estabelecimentos comerciais em geral e a contribuições para previdência privada.

§ 2º - Fica igualmente vedada a concessão de canal de desconto destinado a pecúlios ou com a finalidade de auxílio financeiro de toda espécie, financiamento ou empréstimo a qualquer título.

§ 3º - Excetua-se da vedação do parágrafo anterior os canais que digam respeito à Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, Montepio dos Funcionários do Município de Porto Alegre, órgãos da Administração Municipal, Direta e Indireta, bem como os relativos a cooperativas de servidores.

§ 4º - Para o encaminhamento dos pedidos de que trata este artigo, faz-se necessário que a entidade proponente conte com, no mínimo, cento e vinte associados, dentre os servidores públicos da Administração Centralizada do Município.

§ 5º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior as entidades representativas de classe do Município e as entidades conveniadas com este.

Art. 4º - Satisfeitos os requisitos estabelecidos no artigo anterior, a Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo (CATA) da SMA, verificará da conveniência de ser autorizada a concessão do canal de desconto, submetendo o expediente ao titular da Secretaria.

§ 1º - Autorizada a concessão do canal de desconto, o expediente será encaminhado à Companhia de Processamento

↓

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

.....

3

de Dados do Município (PROCEMPA), para apreciação e celebração do respectivo contrato com a entidade consignatária.

§ 2º - A PROCEMPA estabelecerá os códigos de consignações e a padronização de seus comandos em relação às folhas de pagamento que processar.

Art. 5º - Os agentes consignatários ficam obrigados, a partir do dia 1º de março de 1996, a encaminhar suas relações, em meio magnético, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, na forma exigida pela Administração, bem como custear os serviços prestados pela PROCEMPA.

Art. 6º - Os canais concedidos não poderão ter outra destinação que não aquela expressamente declarada no respectivo expediente de concessão.

Parágrafo único - A não observância da vedação contida no "caput" deste artigo constituirá justo motivo para a cassação imediata do canal de desconto.

Art. 7º - Concedido o canal, a CATA da SMA poderá fornecer credenciais, a fim de que a entidade possa promover os serviços autorizados junto a Administração Centralizada do Município, exceto no âmbito dos órgãos que prestam atendimento direto à saúde da população.

§ 1º - Serão fornecidas, no máximo, 3 (três) credenciais por entidade, mediante indicação dos respectivos agenciadores.

§ 2º - As credenciais serão revalidadas anualmente mediante requerimento da entidade, encaminhado no prazo de até noventa dias antes do término de sua validade.

§ 3º - Somente serão fornecidas novas credenciais quando devolvidas as anteriores.

§ 4º - A juízo da Administração, poderá ser solicitado à entidade consignatária a substituição do agenciador.

.....
my RA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

.....

4

Art. 8º - Os canais concedidos serão avaliados periodicamente quanto à satisfação do requisito estabelecido no § 4º do artigo 3º deste Decreto.

Parágrafo único - No caso de não ser preenchido o requisito, será suspenso o canal ao término do terceiro mês superveniente.

Art. 9º - As informações referentes aos servidores municipais só serão fornecidas com relação a nome, matrícula e lotação.

Art. 10 - É facultado ao servidor autorizar consignações em folha de pagamento, respeitando o percentual máximo de sessenta por cento de sua retribuição pecuniária mensal.

Parágrafo único - As consignações que forem autorizadas pelo servidor acima do limite estabelecido neste artigo serão glosadas, de plano, pelo órgão de preparo de pagamento.

Art. 11 - Os descontos em folha de pagamento, não caracterizados como obrigatórios, a título de contribuições mensais aos agentes consignatários, serão sustados pelo órgão de preparo de pagamento, a pedido do servidor, desde que comprovada a comunicação da ordem de cancelamento à entidade interessada.

§ 1º - A comprovação a que se refere este artigo deverá ser efetuada através de cópia do requerimento dirigido ao agente consignatário, juntamente com o respectivo Aviso de Recebimento (AR) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) ou com o ciente da instituição lançado no próprio requerimento.

§ 2º - As disposições deste artigo não se aplicam aos descontos efetuados em folha de pagamento a título de empréstimos, cujas inclusões, alterações ou cancelamentos, são de exclusiva competência dos agentes consignatários.

Art. 12 - As entidades consignatárias ficam obrigadas a manter atualizados os endereços junto à CATA da SMA.

Art. 13 - A sustação da concessão de canais de consignações se fará mediante iniciativa da SMA ou da parte interessada.



Art. 14 - As empresas ou entidades que já tenham autorizados canais de desconto terão automaticamente revalidadas suas credenciais até a data de 29 de fevereiro de 1996, aplicando-se para futuras renovações o disposto neste Decreto.

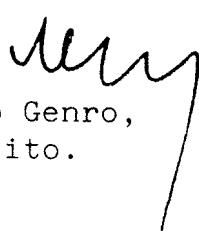
Parágrafo único - A partir de 1º de março de 1996, serão cancelados os canais de descontos que não atenderem ao disposto neste Decreto, deixando de ter validade as credenciais já fornecidas e relativas a estes canais.

Art. 15 - As informações prestadas e os descontos efetuados pelos agentes consignatários são de sua responsabilidade exclusiva, cabendo responsabilização civil e criminal, independente da supressão do canal.

Art. 16 - As disposições do presente Decreto aplicam-se às autarquias, no que couber.

Art. 17 - Este Decreto, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.091, de 21 de janeiro de 1988, entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 11 de janeiro de 1996.


Tarso Genro,
Prefeito.

Luiz Alberto Rodrigues,
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.


Raul Pont,
Secretário do Governo Municipal.